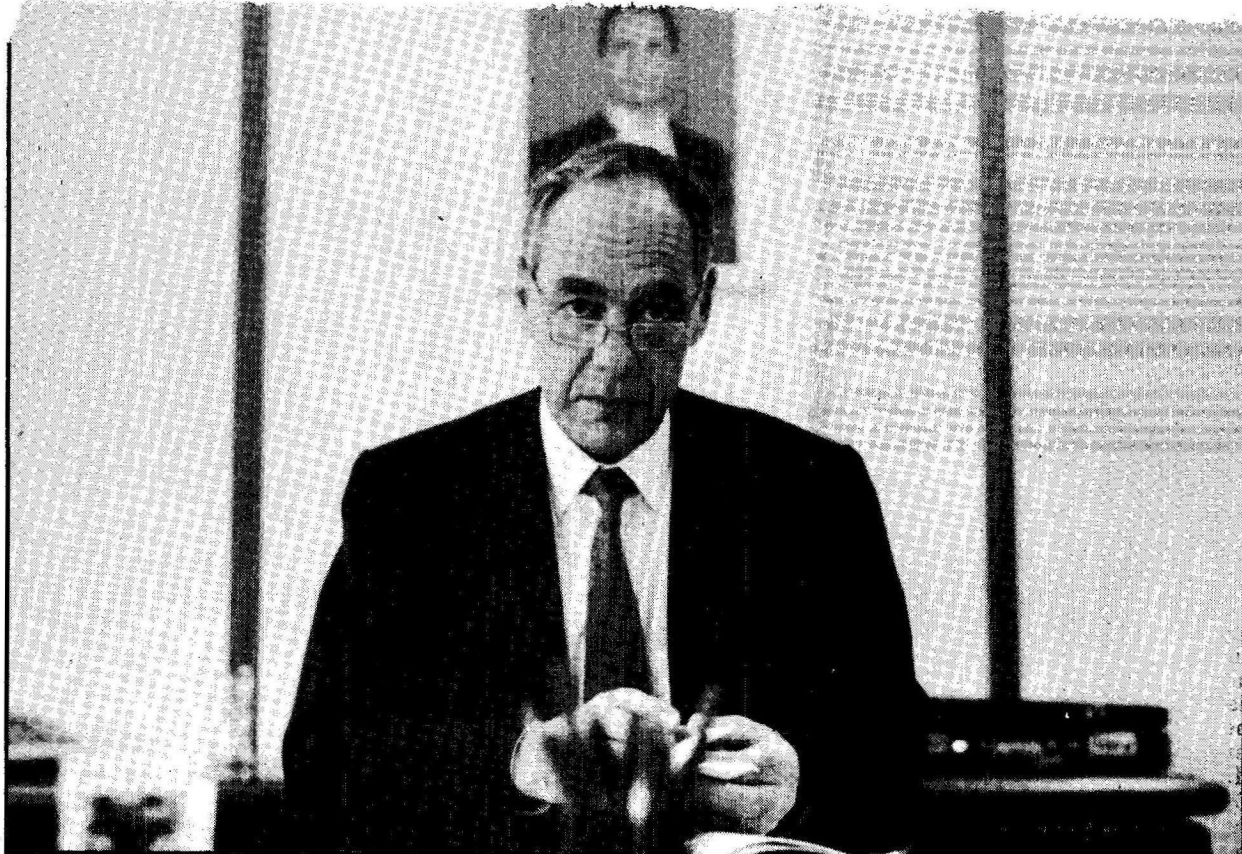




Stephanes defendeu também a privatização da Previdência para salários acima de 10 mínimos

Brasil comprará título dos EUA para garantir acordo

O governo comprará de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 4 bilhões em títulos do Tesouro dos Estados Unidos, para oferecer como garantia ao pagamento da dívida externa. A proposta está sendo discutida esta semana com os bancos credores e prevê que deste total US\$ 1,5 bilhão será retirado das reservas internacionais brasileiras. Cerca de US\$ 1,3 bilhão deverá vir do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e US\$ 1 bilhão de desembolsos dos próprios bancos na forma de dinheiro novo ao Brasil.

A informação foi dada ontem pelo presidente da Comissão de Economia do Senado, senador Raimundo Lira (PFL-PB), que na semana passada participou de um almoço com o ministro da Economia, Márcio Marques Moreira. O ministro reuniu os senadores que compõem a Comissão para explicar

a proposta de renegociação da dívida externa. Depois de concluídas as negociações, o acordo só tem validade se for aprovado pelo plenário do Senado.

Desconto

A proposta brasileira, segundo o senador, é só oferecer os títulos do Tesouro dos Estados Unidos como garantia para os bancos que aceitarem o desconto de 35% sobre o estoque da dívida, que atinge US\$ 42 bilhões. Com o desconto, a dívida brasileira seria contabilizada em US\$ 27 bilhões, informou Raimundo Lira. Os bancos que não dessem o desconto perderiam o direito de ter acesso às garantias de pagamento da dívida, que deverá ser reescalada pelo prazo de 30 anos.

Os títulos do Tesouro norte-americano também constituirão garantias ao pagamento dos juros. A idéia é garantir, apenas, a parcela dos juros que vence nos primei-

ros 12 meses após a conclusão do acordo. Para o período posterior não haveria garantias do governo brasileiro. O senador Raimundo Lira explicou que o Brasil compraria os títulos do Tesouro norte-americano pelo valor "ao par", ou seja, sem deságio. Estes títulos ficariam depositados no Banco Central dos Estados Unidos e continuariam contabilizados como reserva internacional do Brasil.

As negociações com os bancos envolvem ainda o escalonamento dos depósitos das garantias. A proposta do ministro da Economia é de que estes depósitos sejam efetuados no prazo de 18 a 24 meses. No caso do México e Argentina, os bancos exigiram o depósito total das garantias logo após o fechamento do acordo. O Brasil, ao contrário, quer fazer os depósitos coincidirem com a liberação de recursos por parte do FMI, BID e BIRD, no início do próximo ano.